O GLOBO
Publicado em 11/04/2023 - 05:57

Governo pede remoção de perfis e critica lentidão nas plataformas

Vigilância redobrada. Volta às aulas na Escola Thomázia Montoro: policiais de prontidão na porta

A GUERRA É DIGITAL

Ministro da Justiça exige das redes sociais rapidez na reposta a ações contra extremismo

BRUNO ALFANO, LUCAS ALTINO, PÂMELA DIAS E PAULA FERREIRA
bruno@oglobo.com.br

Em uma nova tentativa de aumentar o cerco contra grupos extremistas, após ataques em escolas, o ministro da Justiça, Flávio Dino, se reuniu ontem com representantes de redes sociais e criticou a demora das plataformas em responder aos pedidos do governo que visam combater discursos de ódio. O entendimento de que a batalha é digital fez com que, ainda no fim de semana, o governo federal pedisse ao Twitter a remoção de 551 contas, além de três no TikTok, todas por uso de hastags com potencial de incitar criminosos, uma das primeiras ações da operação Escola Segura, criada na última semana pela pasta.

551
contas no Twitter
foram identificadas e denunciadas pelo governo federal por uso de hashtags que incitariam ataques a escolas

"LUCRAM BILHÕES", DIZ DINO

O ministro não descarta acionar a Justiça e a Polícia Federal para obrigar as bigtechs a abrir informações sobre suspeitos e a desativar perfis radicalizados. Os autores dos posts já estão sendo investigados e, até agora, sete armas e um menor foram apreendidos. Como o GLOBO mostrou em reportagem no sábado, depois do atentado em Blumenau (SC), que deixou quatro crianças mortas e cinco feridas, unidades de ensino de todo país estão buscando reforçar a segurança com instalação de catracas ou até mesmo com a adoção de segurança armada.

Especialistas, entretanto, defendem que o monitoramento do ambiente digital é fundamental porque hoje as redes sociais garantem a pessoas radicalizadas anonimato e alto poder de conexão que usam para recrutar adultos e até jovens para atos de violência.

O país registrou dois ataques em menos de 15 dias. Antes do caso no Sul, a professora Elizabeth Tenreiro, de 71 anos, foi esfaqueada e morta dentro da sala de aula da Escola Estadual Thomázia Montoro, em São Paulo. Ontem, o governo de Santa Catarina anunciou que, dentro de 60 dias, todas as escolas estaduais terão vigilância armada.

— Estamos fazendo esse monitoramento e enviando às plataformas. Estamos vendo que alguns têm atendido e outros não. Estamos exigindo que essas empresas de tecnologia tenham canais abertos, velozes de atendimento das solicitações ou notificações oriundas das autoridades policiais — disse o ministro Flávio Dino, acrescentando que adotará ações enérgicas caso não seja atendido. — Se essa notificação não for atendida, vamos tomar providências policiais e judiciais contra as plataformas.

O ministro observou que o objetivo maior é proteger crianças e adolescentes:

— Esses adolescentes são algozes, mas são vítimas também. É preciso que quem tem responsabilidade, e essas empresas que lucram bilhões têm responsabilidade, também se engaje. Houve um momento nessa reunião que uma das empresas veio alegar termos de uso. Deixei claro que os termos de uso não se sobrepõem à Constituição, à lei, e não são maiores que a vida das crianças e adolescentes brasileiras.

Para tentar localizar os articuladores, o Laboratório de Operações Cibernéticas do Ministério Público de São Paulo tem apoiado o Grupo de Trabalho Interministerial numa espécie de monitoramento ativo da internet. Eles produzem relatórios que são enviados para as polícias dos estados. Desde 2021, a Cyberlab trabalha em parceria com a Embaixada dos Estados Unidos e com a Homeland Security Investigations.

Integrante da equipe de pesquisadores da USP e autora de livros sobre o tema, Michele Prado já identificou, desde o final de 2021, mais de 500 contas que publicavam conteúdos extremistas. Uma das maiores dificuldades no rastreio, de acordo com ela, é que os donos dos perfis trocam com frequência de conta para evitar o monitoramento ou mesmo após denúncias às plataformas. Ela defende que policiais sejam treinados para serem capazes de acompanhar essas rápidas movimentações.

— A atualização precisa ser constante, para que os agentes entendam como essas pessoas operam no ambiente online e quais os principais marcadores que indicam potenciais ataques. Precisam nos atualizar sobre termos, iconografia, é um trabalho de inteligência — diz Prado.

Em uma nota técnica publicada pelo Monitor Digital da USP, Prado enumera que esses grupos usam conceitos associados a racismo científico; têm perfil supremacista e fixação em armamento; e propagam teorias conspiratórias contra grupos específicos, como judeus.

Em alguns estados, como no Rio de Janeiro, a preocupação levou escolas a distribuírem cartilhas e comunicados sobre condutas de segurança. A orientação foi dada pelo Sindicato dos Estabelecimentos de Educação Básica do Município do Rio. Escolas como Eleva, Dinamis e Franco Brasileiro informaram as famílias sobre a adoção de catracas e outros equipamentos de segurança e sobre treinamento de professores e funcionários para que saibam agir em situações de risco.

Editora do site El Coyote que há 11 anos faz monitoramento de grupos de extrema-direita e coautora do relatório entregue ao governo de transição, Letícia Oliveira observa que atualmente uma onda de novos perfis, ainda mais violentos, foi detectada.

— Parecem ações mais coordenadas, com linguagem semelhante a de facções, embora não haja indício de que outros grupos criminosos estejam atuando. O objetivo é gerar pânico — afirma.

> *"Esses adolescentes são algozes, mas são vítimas também. É preciso que quem tem responsabilidade, e essas empresas que lucram bilhões têm responsabilidade, também se engaje"*
>
> **Flávio Dino,** ministro da Justiça

Essas mensagens, que circularam principalmente no Rio, em São Paulo, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, causaram medo e o esvaziamento de algumas escolas, com reflexos na frequência dos alunos e na qualidade do ensino.

NOVO RELATÓRIO

Na avaliação de Luka Franca, que também participou do relatório enviado ao governo de transição, a forma mais eficaz de combater o extremismo é com inteligência e monitoramento de plataformas e fóruns anônimos e também mantendo canais de comunicação com as escolas. Franca diz que os apelos para aumentar a segurança são compreensíveis, mas explica que, nos EUA, que historicamente registram um grande número de ataques a escolas, a segurança armada não se mostrou eficaz ao longo dos anos:

— Não adianta colocar armamento na porta das escolas se não erradicarmos o problema na raiz. Hoje, uma das raízes é a internet

Nesta semana, um novo relatório, redigido pelo grupo Monitor Digital da USP, será entregue ao Ministério da Justiça, para auxiliar no monitoramento digital de grupos extremistas na internet. Além de compilar contas suspeitas ativas nas redes sociais, o documento terá a identificação de dinâmicas dessas subculturas online e sugestão de políticas públicas.

Apesar de terem políticas de banimento de contas que compartilham conteúdos que vão contra os direitos humanos, plataformas como Instagram, Facebook, Twitter, TikTok, YouTube e WhatsApp têm relutado em dar acesso às informações de usuários, mesmo quando suspeitos de crimes. Procurados, a Meta, empresa que administra Instagram e Facebook, disse que "não permite a presença de conteúdo, pessoas ou organizações que anunciem uma missão violenta e que tem removido conteúdo que expresse apoio ou exalte grupos envolvidos nessas atividades.

Já o WhatsApp informou que "por utilizar criptografia de ponta a ponta como padrão, não tem acesso ao conteúdo das mensagens trocadas entre usuários e não realiza moderação de conteúdo". O aplicativo encoraja que as pessoas reportem condutas inapropriadas diretamente nas conversas, por meio da opção "denunciar". As demais redes não se posicionaram.

E, em nota, a Polícia Federal afirmou que na atual gestão foi criado o Serviço de Repressão a Crimes de Ódio, com a proposta de monitorar os grupos que propagam discursos violentos e as plataformas de interesse, "inclusive desenvolvendo meios/projetos que visam aperfeiçoar o referido monitoramento".

No entanto, a PF explicou que o tema de "ataques em escolas, em regra, foge da atribuição" do órgão, por serem "atentados contra a vida de particulares sem dano ou interesse direto da União". Denúncias podem ser feitas no site do Ministério da Justiça e Segurança Pública (https://www.gov.br/mj/pt-br/escolasegura)

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ

Seção: Brasil **Pagina:** 11

Copyright © Clipclap 2025.